

Articulações com a Argentina, só retórica

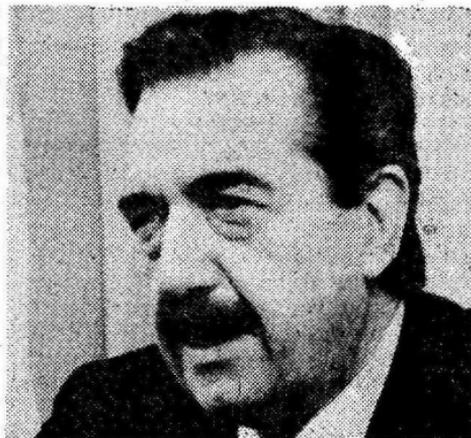
MILANO LOPES

As articulações entre o Brasil e a Argentina na área da dívida externa, no âmbito da visita que o presidente Alfonsín faz a Brasília, não deverão ultrapassar os limites da retórica de posições políticas comuns e genéricas de defesa de um tratamento político para a questão de uma redução sensível das transferências de recursos reais para o Exterior. Especificamente, no entanto, cada País toma o seu próprio rumo.

Na visão dos especialistas do governo que acompanham esses entendimentos, a tese de que cada país tem suas peculiaridades e deve agir em função delas é adotada simultaneamente pelo Brasil e a Argentina e tem sido utilizada em fóruns regionais para justificar a recusa, tanto de Brasília como de Buenos Aires, de formar "frentes de devedores" com o propósito de pressionar os credores e impor condições específicas de negociação, tais como a limitação da remessa de recursos à conta do serviço da dívida ou a redução das taxas de juros.

Especificamente em relação ao Brasil e à Argentina, as diferenças começam no tamanho da dívida: a brasileira chega a US\$ 107 bilhões e a argentina já alcança US\$ 51 bilhões. As economias também têm dimensões diferentes e se encontram em diferentes graus de evolução, sendo a brasileira mais complexa.

Em relação às contas externas é mais problemática a situação da Argentina: é reduzido o nível de reservas do país, a conta de comércio enfrenta problemas de queda nos preços das commodities agrícolas e a conta de capital retrata o desinteresse dos investidores estrangeiros. Essas diferenças, desvantajosas para a Argentina no confronto com o Brasil, é que levaram o país a firmar com o Fundo Monetário



8-12-86

Alfonsín: diferenças

Internacional um acordo *stand by* e submeter-se a um monitoramento sistemático de sua economia.

No caso brasileiro, apesar do acentuado declínio da posição das reservas, com uma perda de quase US\$ 3 bilhões no último trimestre, estimulada pela redução substancial do superávit comercial, o governo considera que ainda dispõe de cacife para impor aos credores uma renegociação qualitativa, sem submissão ao FMI e garantindo a retomada do fluxo de empréstimos externos pelo menos no nível de US\$ 4 bilhões anuais.

Essas diferenças básicas, que comandam o comportamento específico de cada país no trato com seus credores externos, não impedem, no entanto, uma unidade de pontos de vista na esfera das pressões políticas e, mais do que isso, uma articulação a nível regional capaz de pressionar os governos e os bancos credores a flexibilizar sua posição, na base do argumento de que, sem se desenvolverem, os países devedores não terão condições de assumir seus compromissos externos.

(Brasília-Agência Estado)